



José Cruz



Genildo Mergello

Alvaro propõe conselho para fiscalizar escuta

Alvaro Dias apresentou ontem projeto que determina a instituição, no Ministério Público, de conselhos encarregados de acompanhar e fiscalizar os grampos telefônicos. **3**

Projeto controla Abin e reprime grampo ilegal

Demostenes Torres anunciou ontem que apresentará, nos próximos dias, projeto que visa controlar as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e coibir escutas ilegais de grampos telefônicos. O senador disse ainda que a Comissão de Justiça concluirá na próxima quarta-feira o exame de proposta que disciplina a interceptação de escuta. **3**

Plenário homenageia bicentenário de criação da Polícia Civil

Em sessão especial, Tuma reivindica piso nacional para policiais

A Polícia Civil foi homenageada ontem em sessão especial a pedido de Romeu Tuma. O senador afirmou que o combate à corrupção feito pelos policiais precisa ser acompanhado de salários dignos. O presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia, Maurício Freire, lembrou que a polícia foi instituída no Brasil com a chegada da família real em 1808. **3**

Demostenes (D) fala ao delegado Wiliam Murad sobre possível grampo de conversa entre o senador e o presidente do Supremo



Márcia Kolumbe

Projeto de lei sobre uso de algemas pode ir a Plenário

Vários senadores apresentaram ontem recurso solicitando a apreciação, pelo Plenário, do substitutivo ao projeto de Demostenes Torres, já aprovado na CCJ, que veda o emprego de algemas pelas autoridades policiais em algumas situações e por tempo excessivo. **2**

União do Mercosul na política de direitos humanos

A deputada uruguaia Adriana Peña defendeu maior união dos países do Mercosul na aplicação da política de direitos

humanos. Segundo ela, nenhuma nação cumpre integralmente esses direitos, "mas podemos avançar". **4**



Roseana Queiroz, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, e as deputadas Adriana Peña e Mirtha Palacios

Jonas Pereira

Renan diz que descoberta do pré-sal exige novas leis

As descobertas de petróleo na camada pré-sal da costa brasileira exigem uma legislação atualizada no setor, segundo afirmou ontem Renan Calheiros. O senador propôs que o Fórum Senado Debate Brasil, realizado anualmente, dedique-se a discutir a questão. **2**

Senador quer discutir em fórum novos marcos regulatórios para o setor. Na sua avaliação, os recursos oriundos do pré-sal devem servir às atuais e futuras gerações

Renan propõe atualização de leis na área petrolífera

O SENADOR RENAN Calheiros (PMDB-AL) afirmou ontem em Plenário que as descobertas de petróleo na camada pré-sal da costa brasileira exigem uma legislação atualizada na área petrolífera e recomendou que o Senado comece a discutir imediatamente o assunto. Ele propôs que o Fórum Senado Debate Brasil, evento realizado anualmente pela Casa, se dedique a discutir as mudanças do marco regulatório do petróleo.

Renan lembrou que compete ao Senado tomar qualquer decisão sobre distribuição de *royalties* petrolíferos, acrescentando que seu partido, o PMDB, poderá contribuir nessa discussão. A decisão do governo de retirar as reservas da faixa de pré-sal do processo de concessão sob as regras atuais foi apoiada pelo senador.

O parlamentar ponderou que alguns cálculos chegam a



Foto de Leopoldo Silva

Renan: compete ao Senado qualquer decisão sobre *royalties* petrolíferos

apontar a existência de 70 a 90 bilhões de barris de petróleo na costa brasileira, que, se extraídos, disse, serão fundamentais à população brasileira.

– Na hipótese mais realista, essas reservas levariam o cacife brasileiro para 104 bilhões de barris, apenas dez por cento

abaixo do Iraque, a segunda maior potência petrolífera do planeta. A produção diária brasileira, nesse caso, poderia evoluir dos atuais 2 milhões para até 10 milhões de barris, gerando exportações de até 100 bilhões de dólares por ano – afirmou.

Assim como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador de Alagoas entende que o país tem que encontrar uma fórmula para ajudar as atuais e as futuras gerações brasileiras com os recursos que virão do novo petróleo. Um debate profundo sobre a nova situação, conforme Renan Calheiros, levará a um novo marco regulatório que preserve o interesse nacional, evitando-se a dilapidação de tal patrimônio.

O senador disse ainda que o álcool combustível produzido no país também apresenta excelentes perspectivas.

Senadores querem votação em Plenário do projeto sobre uso de algemas

Vários senadores apresentaram ontem recurso junto à Secretaria Geral da Mesa solicitando a apreciação, pelo Plenário, do substitutivo ao projeto de lei do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que regulamenta o uso de algemas pelas autoridades policiais (PLS 185/04).



José Cruz

Romeu Tuma: é preciso suprimir artigo 5º

De acordo com o primeiro signatário do requerimento, senador Romeu Tuma (PTB-SP), o projeto, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no final de agosto, comprometerá muito o trabalho dos agentes policiais dos órgãos de segurança pública de todo o país se não for modificado.

O texto acatado na CCJ veda o emprego de algemas quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial; como castigo; e por tempo excessivo. A comissão aprovou também a recomendação de que as algemas sejam usadas preferencialmente nos punhos e que outras formas de contenção de presos sejam adotadas apenas em situações excepcionais.

Segundo Tuma, é necessária a supressão do artigo 5º, que determina que “qualquer autoridade que tomar conhecimento de abuso ou irregularidade no

emprego de algemas levará o fato ao conhecimento do Ministério Público, remetendo-lhe os documentos e provas de que dispuser, necessários à apuração da responsabilidade penal”.

Tal dispositivo, na avaliação de Romeu Tuma, “permite a qualquer cidadão brasileiro mediano firmar juízo de valor acerca do conceito de ‘abuso ou irregularidade’ e informar à autoridade pública respectiva denúncias muitas vezes sem nenhuma consistência para serem levadas ao conhecimento do Ministério Público”.

O senador de São Paulo observa ainda que denúncias ao Ministério Público de abuso ou irregularidade no emprego de algemas, bem como a apuração da respectiva responsabilidade penal, sobrecarregariam aquele órgão estatal, que já se encontra, hoje em dia, com um volume bastante significativo de trabalho.



José Cruz

Da esquerda para a direita, os consultores legislativos Marcos José Mendes e Tatiana Britto e Marcelo Medeiros

Erradicação da pobreza exige trabalho e educação

Os programas governamentais de redistribuição direta de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), hoje necessários, não são totalmente suficientes para erradicar a pobreza no Brasil a curto prazo. A afirmação foi feita pelo pesquisador do International Poverty Centre (IPC) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Medeiros, ontem, durante o seminário *Transferência de Renda no Brasil: O Benefício de*

Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família.

Na opinião de Marcelo Medeiros, para erradicar a pobreza é preciso reduzir a desigualdade social ou aumentar a renda de toda a população. Ele ressaltou que a redução das desigualdades sociais poderá ocorrer pela inserção das pessoas pobres e sem qualificação no mercado de trabalho e pela qualificação delas por meio do sistema educacional. Tais medidas, observou, demandam um prazo

longo – em sua avaliação, cerca de 20 anos.

A consultora legislativa e pesquisadora visitante do instituto, Tatiana Britto, explicou que o BPC, criado em 1995, atende a 3,3 milhões de idosos e pessoas com deficiência que possuem renda de até um quarto do salário mínimo. Já o Bolsa Família, informou a pesquisadora, foi criado em 2003 e beneficia um público de 11,1 milhões de famílias, por meio de um orçamento de R\$ 10,4 bilhões.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Plenário é não-deliberativa

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Estão inscritos para discursar na tribuna os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Mercosul terá informe de direitos humanos

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, integrada por senadores e deputados, se reúne às 9h para debater a situação dos direitos humanos no Brasil e elaborar informe sobre a questão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas por Tião Viana • Romeu Tuma • Alvaro Dias

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e

Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Romeu Tuma, da tribuna, ressalta o papel dos policiais no combate à corrupção

Plenário homenageia os 200 anos de criação da Polícia Civil

O Senado homenageou ontem os 200 anos de criação da Polícia Civil. O 1º vice-presidente da Casa, senador Tião Viana (PT-AC), presidiu a sessão especial.

Autor do requerimento para a realização da sessão, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou que o combate à corrupção por parte dos policiais precisa ser acompanhado de salários dignos e decentes. Tuma reivindicou a aprovação de um piso nacional para a categoria.

– Há, na Câmara dos Deputados, várias iniciativas para melhorar a carreira dos policiais, dentre elas, a Proposta de Emenda à Constituição [PEC] 549/06 [do deputado Arnaldo Faria de Sá], que resgata a carreira jurídica para os delegados de polícia, bem como a PEC relativa às guardas municipais. Também o PLS 149/01 – complementar, de minha autoria, que regulamenta a aposentadoria da mulher policial e já foi aprovado no Senado, mas continua empacado na Câmara – lamentou.

Tuma registrou, ainda, já ter apresentado três PECs para que os delegados de polícia

“possam exercer autoridade tranquilamente, dentro da lei, mas sem timidez”, disse. As propostas – PECs 26/98, 28/99 e 18/04 –, segundo explicou, destinam-se a garantir constitucionalmente o regime dos delegados de polícia de carreira e a estender a eles a inamovibilidade funcional.

Tião Viana associou-se aos elogios de Tuma à Polícia Civil. De acordo com ele, o senador por São Paulo “fala como um cardeal da polícia brasileira, por sua grande experiência, sabendo o que representa correr riscos de vida, deixando pais e mães aflitos em casa”.

Para Tião Viana, as polícias brasileiras devem ser prestigiadas porque “uma democracia forte se faz com instituições fortes”.

Compuseram a Mesa da sessão, além de Tião Viana e de Romeu Tuma, o delegado-geral de Polícia Civil do Estado de São Paulo e presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia, Maurício Lemos Freire, e o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil, Carlos Eduardo Benito Jorge.

Instituição foi organizada por dom João VI, lembra delegado

Na sessão em homenagem ao bicentenário da Polícia Civil, o delegado-geral Maurício Lemos Freire afirmou que a história da instituição se confunde com a história do Brasil. Também presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia, Freire disse que a estrutura organizada por dom João VI, em 1808, foi a origem da polícia judiciária no Brasil.

O objetivo dessa polícia era o de proteger o território brasileiro de espíões e de agitadores estrangeiros, e não apenas combater o crime comum, lembrou Freire.

– Sua idéia era dispor de um corpo policial que amparasse a corte de informes e informações, ou seja, de atividades de inteligência – relatou.

O representante dos delegados ressaltou, no entanto, que há registros de atividade policial em 1530, com a chegada de Martim Afonso de Sousa ao país.

– A história revela que, no dia 20 de novembro daquele longínquo ano, a polícia brasileira iniciava suas ações promovendo

justiça e organizando serviços de ordem pública nas terras conquistadas do Brasil.

Maurício Freire disse que, àquela época, os policiais utilizavam, para identificarem-se, as cores de Portugal – vermelho e verde – nos uniformes ou nas armas.

O delegado ressaltou a responsabilidade de todos pela construção de uma polícia cada vez melhor. Para ele, a instituição hoje é racional, eficiente e eficaz, legalista e inteligente.

– Cabe a nós sedimentar a polícia que todos queremos, a polícia que trabalha substituindo a força pela inteligência, a polícia tecnológica, a polícia que sabe diferenciar o criminoso do cidadão de bem – concluiu.

Também falaram durante a homenagem o corregedor-geral da Polícia Militar do DF, Francisco das Chagas Soares Maia, e o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil, Carlos Eduardo Benito Jorge. Ambos destacaram o trabalho dos policiais para garantir os direitos dos cidadãos.

Senador que teria sido gramepeado anuncia apresentação de proposta, nos próximos dias, com o fim de coibir escutas ilegais de conversas telefônicas

Projeto de Demostenes visa controlar atividades da Abin

O SENADOR DEMOSTENES Torres (DEM-GO) apresentará, nos próximos dez dias, um projeto de lei com o objetivo de controlar as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e, ao mesmo tempo, coibir as escutas ilegais de conversas telefônicas. O anúncio foi feito ontem pelo parlamentar, logo após a saída, de seu gabinete, do delegado da Polícia Federal Wiliam Murad, que durante três horas colheu depoimento de Demostenes a respeito da denúncia publicada pela revista *Veja* desta semana de que a Abin estaria realizando interceptações irregulares de ligações telefônicas de autoridades dos três Poderes da República.

A matéria cita Demostenes como um dos gramepeados, e, para comprovar essa informação, publica a transcrição de

uma conversa telefônica entre o parlamentar e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes.

O senador disse que o projeto tem por objetivo garantir um controle mais efetivo da Abin, criando uma ouvidoria dentro da instituição composta por sete membros dos três Poderes, que se reportariam diretamente ao Congresso Nacional.

– O presidente [do Senado] Garibaldi [Alves] me incumbiu de apresentar este projeto. Serão dois membros do Senado, dois da Câmara dos Deputados, um do Ministério Público, um do Poder Judiciário e outro do Poder Executivo – explicou Demostenes, ao afirmar que ainda está estudando alguns detalhes da proposta.

Grampo legal

Na entrevista, Demostenes

informou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado votará na próxima quarta-feira, em turno suplementar e decisão terminativa, substitutivo de sua autoria que disciplina a quebra, por ordem judicial, do sigilo das comunicações telefônicas para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

A matéria modifica a Lei 9.296/96. O substitutivo foi elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça com base nos projetos de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – o PLS 525/07 – e do Poder Executivo (PL 3.272/08), que tramita na Câmara dos Deputados.

O presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), garantiu que a matéria será o primeiro item da pauta de votações da comissão da próxima quarta-feira.



Demostenes Torres (D) presta depoimento de três horas ao delegado da Polícia Federal Wiliam Murad

Polícia Federal faz perícia em telefones do Senado

Peritos da Polícia Federal passaram a manhã de ontem fazendo uma “varredura” na Central Telefônica do Senado, à procura de escutas ilegais em aparelhos da instituição, mais especificamente nos aparelhos do gabinete de Demostenes Torres (DEM-GO), que foi vítima de grampo telefônico.

O senador estaria tendo ligações telefônicas gramepeadas por funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), segundo denúncias em matéria da última edição da revista *Veja*. A mesma reportagem indica que as interceptações ilegais de conversas telefônicas estariam atingindo outras autoridades dos três Poderes.

Para ilustrar a informação, a revista publicou transcrição de uma conversa telefônica ocorrida entre Demostenes e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes. A perícia da Polícia Federal, de acordo com Demostenes, foi autorizada pessoalmente pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, a pedido do parlamentar goiano.

Demostenes afirmou ainda que a mesma perícia na Central Telefônica do Senado foi realizada pela Polícia Legislativa da Casa na quarta-feira, mas nada foi encontrado.

– É mais provável que esse grampo tenha sido feito no celular do presidente do Supremo, pois o sistema do Senado é mais difícil de gramepear. Também não acredito que a escuta tenha sido feita pela Abin especificamente, mas por funcionário da instituição, em desvio de função – disse o senador.

Alvaro quer conselhos no MP para fiscalizar escuta

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem projeto de lei que propõe a instituição, em cada ramo do Ministério Público da União e em cada Ministério Público dos estados, de conselhos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos pedidos de interceptação telefônica.

Alvaro Dias explicou que tais conselhos terão poder de fazer auditorias nas instalações das unidades de segurança pública que mantenham equipamentos de interceptação ou monitoração telefônica e verificar a existência de interceptações irregulares ou o descumprimento de determinações do próprio conselho. Os conselhos também manterão um banco de dados completo sobre as interceptações telefônicas realizadas e em curso e controlarão o eventual apagamento de dados.

Segundo a proposta, o banco de dados das interceptações deverá conter, além do número do telefone da pessoa investigada, a data da solicitação, a autoridade solicitante e o resumo da fundamentação que motivou o pedido de interceptação. O projeto prevê ainda que, na hipótese de as investigações não resultarem em prova contra o cidadão que foi alvo da interceptação telefônica, este deverá ser notificado para tomar conhecimento do teor das acusações ou suspeitas alegadas contra ele.

– Como se sabe, os governos estaduais importaram equipamentos sofisticados de Israel para escutas telefônicas. Esses conselhos terão, portanto, autoridade legal e competência jurídica para promover auditorias – disse.

JAMAICA QUER PARCERIA MAIOR COM BRASIL

Foto de Geraldo Magela



Heráclito Fortes, presidente da CRE

Ao receber ontem os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que visitam países da América Central e do Caribe, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Jamaica, Kenneth Baugh, afirmou que o país deseja aumentar a parceria com empresas brasileiras para produção de etanol. Ele disse que a Jamaica vê o Brasil como uma das principais economias da América Latina, está instalando embaixada em Brasília e planeja, no futuro, negociar com o Mercosul.

LULA ENVIARÁ AJUDA FINANCEIRA AO PAÍS

Durante a reunião com Kenneth Baugh, o embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, que acompanha os senadores, informou que o presidente Lula ajudará a Jamaica a se recuperar dos estragos causados pelo furacão Gustav, que passou pelo país na última semana.

Para isso, enviará recursos em dinheiro por meio da embaixada brasileira, que o aplicará em bens escolhidos pelo governo local, de acordo com as necessidades dos jamaicanos.

O embaixador também entregou ao ministro jamaicano uma carta do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, pedindo o apoio da Jamaica para a candidatura do país à Corte Internacional de Justiça. Baugh afirmou que vai considerar o assunto. A votação será realizada em novembro na sede da ONU, em Nova Iorque.

PRÓXIMA VISITA: REPÚBLICA DOMINICANA

Antes de deixarem a Jamaica, os senadores da CRE reúnem-se hoje com o primeiro-ministro do país, Bruce Golding, e depois com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado jamaicanos, deputado Delroy Chuck e senador Oswald Harding.

Após visita ao Museu Bob Marley, os parlamentares partem para a República Dominicana. Daí seguem para o Haiti, onde prestigiarão as tropas brasileiras que se encontram em missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) na região. Fazem parte da comitiva, além de Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CRE, os senadores Virgínio de Carvalho (PSC-SE), Marco Antônio Costa (DEM-TO) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e o embaixador José Marcus Vinícius Sousa, que representa o Poder Executivo.

Mercosul dá visibilidade aos direitos humanos na região

Parlamentar uruguaia defende implantação de políticas para os direitos humanos nos países que compõem o bloco. Brasil e Argentina já elaboram informes sobre o tema

A PRESIDENTE DA Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, a uruguaia Adriana Peña, defendeu ontem maior união dos países do bloco na implantação de políticas para os direitos humanos. Na abertura de audiência pública promovida pela comissão, em Brasília, ela recordou que Argentina e Brasil já elaboram informes anuais sobre o tema, enquanto Paraguai e Uruguai – os dois outros membros plenos do Mercosul – ainda não adotaram a mesma política.

– Nenhum país do mundo cumpre integralmente todos os direitos humanos, mas nós podemos avançar. Precisamos equilibrar e igualar as nossas leis, dentro da diversidade de cada país, para que todos tenham qualidade de vida – disse Adriana Peña, ao presidir a primeira audiência pública destinada ao debate do informe anual sobre os direitos humanos no Brasil, a ser elaborado pela comissão.

A reunião foi aberta pelo

presidente do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que admitiu a dificuldade de elaboração do primeiro relatório da comissão sobre a situação dos direitos humanos na região. Segundo o deputado, o documento a ser divulgado poderá ajudar a garantir credibilidade à nova instituição.

Integrante da comissão, o deputado brasileiro Geraldo Thadeu (PPS-MG) observou que 2008 pode ser considerado um ano importante na área de direitos humanos, uma vez que se celebram os 20 anos da Constituição brasileira, os 60

anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), os 120 anos da abolição da escravidão no país e os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ministra Ana Maria Carvalho, representante do Ministério das Relações Exteriores, ressaltou que o Brasil apresentou recentemente relatório sobre o tema na ONU. Já a representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Valéria Getúlio de Brito e Silva, sugeriu a ampla participação popular nos debates.



Adriana Peña (2ª à esq.) e os deputados Dr. Rosinha (C) e Geraldo Thadeu

Brasil não tem cultura de direitos humanos, afirma especialista

Não há no país uma cultura para os direitos humanos, na opinião do assessor para o assunto do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Alexandre Ciconello. Ele fez essa afirmação na audiência promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul.

Segundo Ciconello, a execução desses direitos custa caro – é preciso, entre outras coisas, aparelhar o Estado –, e os orçamentos públicos não têm qualquer prioridade para eles. Em compensação, afirmou, o país pagou R\$ 795 bilhões em juros da dívida pública entre 2004 e 2007, o que equivale a um terço do produto interno bruto (PIB). O assessor também enfocou a grande desigualdade social existente no país, associada à desigualdade racial: enquanto 45% da população negra vivem abaixo da linha da pobreza, disse, esse índice entre a população

branca é de 22,9%.

A representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Roseana Queiroz, elogiou o Poder Legislativo por ser aberto aos debates. Para ela, as comissões parlamentares de inquérito deveriam possuir instrumentos para monitorar os resultados alcançados com as investigações e proposições feitas.

Relatório

A audiência de ontem foi a primeira de uma série de encontros que embasarão a elaboração do relatório anual sobre direitos humanos. O relatório está previsto no artigo 3º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, que atribui a tarefa à comissão.

Na ocasião, a presidente da comissão, a deputada uruguaia Adriana Peña, afirmou que a reunião brasileira será extremamente importante para a elaboração do relatório.

Presidente da Argentina visita Garibaldi Alves

Convidada de honra do presidente Lula para as comemorações do 7 de Setembro, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, visitará na segunda-feira o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Nessa visita, Cristina e Lula devem abordar assuntos como a venda de aviões da Embraer para a Aerolíneas Argentinas, o fim do uso do dólar nas operações comerciais bilaterais e a cooperação energética e nuclear. A presidente da Argentina busca estreitar os laços de amizade entre os dois países, depois dos desentendimentos na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando a imprensa daquele país referiu-se à aceitação brasileira de um nível mais baixo de proteção para o setor industrial como “uma ferida aberta entre os dois principais parceiros do Mercosul”.



Grupo folclórico apresenta-se no congresso das Associações Pestalozzi

Flávio Arns pede a adoção de políticas de educação inclusiva

Cerca de 80% dos brasileiros com deficiência não estudam, informou ontem o senador Flávio Arns (PT-PR) aos participantes do 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, que começou na terça-feira e se encerra hoje, às 17h, no Auditório Petrônio Portela, no Senado.

Para combater o que classifica de “discrepância e ausência de solidariedade”, Flávio Arns propôs ao governo federal a adoção de uma política com dois eixos: educação inclusiva – com escolas de boa qualidade, nas quais os alunos possam, de fato, estudar e praticar todas as outras atividades comuns nos estabelecimentos convencionais de ensino, como esporte e lazer –, e melhoria das escolas especiais.

O evento tem o apoio da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o senador – pai de um filho com deficiência – é membro. Flávio Arns foi condecorado com a Medalha da Rosa, entregue a pessoas, entidades ou órgãos que defendem ou lutam pela melhoria das condições dos deficientes.

Marco Maciel (DEM-PE) também participou do congresso e enalteceu o trabalho de associações que, como a Pestalozzi, buscam a valorização dos portadores de deficiência.

Marco Maciel (DEM-PE) também participou do congresso e enalteceu o trabalho de associações que, como a Pestalozzi, buscam a valorização dos portadores de deficiência.

Pestalozzi divulga carta pedindo recursos e realização de censo

Os participantes do 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi aprovaram a Carta de Brasília – um documento com diretrizes do movimento pestalozziano para uma “sociedade inclusiva” que será divulgado em todo o país nas associações e entidades parceiras.

– A carta significa exatamente o que o movimento pestalozziano pensa para suas instituições e como parceira do poder público – explicou a presidente da federação, Gyselle Saddi Tannous.

No documento, as associações Pestalozzi enfatizam a necessidade de um censo detalhado dos brasileiros com deficiência para melhor elaboração de políticas públicas. Propõem o fortalecimento da parceria com o Legislativo, Executivo, Judiciário e com o Ministério Público. Também traz o apelo

dos pestalozzianos por recursos específicos, no Orçamento da União, para ações voltadas a essa parcela da população, nas áreas de educação, de saúde, bem como acesso ao trabalho e à cultura. Hoje, os montantes estão dissolvidos no Orçamento.

– Temos 14,5% da população vivendo em situação de marginalidade, com dificuldade de exercer direitos assegurados constitucionalmente. Devemos garantir na Lei Orçamentária que o cidadão brasileiro com deficiência seja tão cidadão quanto os outros – disse.

Os pestalozzianos ainda defendem, na carta, a possibilidade de as pessoas com deficiência opinarem em resoluções que lhes digam respeito; de escolherem a instituição em que se matricularão; e o direito de as famílias receberem atenção e apoio psicológico.